

# OS PRIMEIROS PASSOS DA ELETRICIDADE NO ESPÍRITO SANTO E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NACIONAL NA DÉCADA DE 1930.

Jayme Karlos Reis Lopes<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo busca explorar as bases do processo de eletrificação do estado do Espírito Santo. Podemos dizer a partir do caso capixaba, que embora algumas questões como capacidade hídrica de determinadas regiões, acesso a tecnologias e influência de grupos econômicos locais, nacionais e internacionais, possam ajudar a explicar a evolução dos setores de energia elétrica regionais, é necessário considerar o peso das dimensões políticas, tendo exercido as elites políticas locais e nacionais importante papel estratégico no planejamento, nas negociações e no processo de implementação das infraestruturas. Estas condições se mostram extremamente impactantes no estado do Espírito Santo, ajudando a demarcar o início de um impulso modernizador que se desenrola nas três primeiras décadas do século XX, em um contexto de profundas desigualdades das economias, o que coloca o estado, sendo uma economia periférica do capitalismo brasileiro da época, em condição de extrema fragilidade, e ao mesmo tempo, lugar propício para um projeto de desenvolvimento industrial nacional.

**Palavras-chave:** Eletricidade. Espírito Santo. Desenvolvimento Industrial. Elites. Brasil.

## The first steps of electricity in Espírito Santo and the national industrial development in the 1930s.

## Abstract

This article seeks to explore the bases of the electrification process in the state of Espírito Santo. Based on the Espírito Santo case, we can say that although some issues such as the water capacity of certain regions, access to technologies and the influence of local, national and international economic groups, can help to explain the evolution of the regional electric energy sectors, it is necessary to consider the weight of political dimensions, with local and national political elites having played an important strategic role in planning, negotiations and in the process of implementing infrastructure. These conditions are extremely impactful in the state of Espírito Santo, helping to mark the beginning of a modernizing impulse that unfolds in the first three decades of the 20th century, in a context of deep inequalities of the economies, which places the state, being an economy

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Mestre em Antropologia Social pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Membro do Hermes & Cleo – Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica (FEA-USP) e Pesquisador do Núcleo de Estudo sobre Federalismo, Política e Desenvolvimento (NUFEPD/PUC-Rio). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5162-812X>, e-mail: [jaymekrlopes@gmail.com](mailto:jaymekrlopes@gmail.com)

## Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

periphery of Brazilian capitalism at the time, in a condition of extreme fragility, and at the same time, a propitious place for a national industrial development project.

**Keywords:** Electricity. Espírito Santo. Industrial Development. Elites. Brazil.

### **Los primeros pasos de la electricidad en Espírito Santo y el desarrollo industrial nacional en la década de 1930.**

#### **Resumen**

Este artículo busca explorar las bases del proceso de electrificación en el estado de Espírito Santo. Con base en el caso de Espírito Santo, podemos decir que si bien algunos temas como la capacidad hídrica de ciertas regiones, el acceso a tecnologías y la influencia de grupos económicos locales, nacionales e internacionales, pueden ayudar a explicar la evolución de los sectores energéticos regionales, es necesario considerar el peso de las dimensiones políticas, habiendo jugado las élites políticas locales y nacionales un papel estratégico importante en la planificación, negociación y en el proceso de implementación de la infraestructura. Estas condiciones son sumamente impactantes en el estado de Espírito Santo, contribuyendo a marcar el inicio de un impulso modernizador que se despliega en las primeras tres décadas del siglo XX, en un contexto de profundas desigualdades de las economías, lo que sitúa al estado, siendo una periferia económica del capitalismo brasileño de la época, en condición de extrema fragilidad, y al mismo tiempo, lugar propicio para un proyecto de desarrollo industrial nacional

**Palabras Clave:** Electricidad. Espírito Santo. Desarrollo industrial. Elites. Brasil.

## **Introdução**

O presente artigo se destina a explorar as circunstâncias que estiveram na base do processo de eletrificação do estado do Espírito Santo. Consideramos esta, uma das etapas do projeto de industrialização brasileira que está relacionada aos primeiros impulsos desenvolvimentistas que caracterizaram o Brasil durante as três primeiras décadas do século XX, bem como, a precária situação econômica do estado do Espírito Santo a época. Que fez despertar a ideia de que um desenvolvimento industrial como a única possibilidade de redenção econômica e a implantação de uma infraestrutura elétrica como uma necessidade para esse fim.

Embora algumas questões, como capacidade hídrica de determinadas regiões, acesso à tecnologia e influência de grupos econômicos locais, nacionais e internacionais, também possam ajudar a explicar a evolução dos setores de energia elétrica, este artigo, a partir dos dados colhidos por tese de doutoramento defendida em 2021, considerou mais centralmente o peso da dimensão política neste processo tendo exercido as elites políticas regionais e nacionais um papel estratégico no planejamento, em suas negociações e na implementação, tanto de uma modernização econômica que se estabeleceria pela industrialização, quanto, pelo desenvolvimento dos setores elétricos regionais.

Ao que nos parece, desenvolvimento estatal nacional, forças políticas regionais e energia elétrica revelam-se em dimensões que assumem sua forma final sob a coordenação do Estado nacional. Assim, sendo impossível dissociar eletricidade e dinâmica estatal, investigaremos as especificidades de uma política nacional que se relacionou com características de um ambiente federativo.

Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

Também, é preciso dizer, que as elites locais que dominaram os aparelhos regionais do Estado (SILVA, 1986), moldaram uma agenda institucional, regulatória e administrativa e garantiram os seus privilégios, mesmo com constantes mudanças de regimes políticos e perspectivas de desenvolvimento econômico.

O jogo político que se desenvolve aí, consiste em um processo de negociação continuada entre a administração federal e administrações regionais subalternas. Este se torna o principal canal para acesso a benefícios e privilégios sob controle do Estado, sendo, inclusive, um dos caminhos mais importantes para a própria manutenção de poder em momentos de mudanças ou rupturas, em um processo de modernização conservadora (MOORE JR, 1967; REIS, 1979).

Posto isso, neste artigo demonstraremos a materialização deste projeto pela perda de capacidade política da elite relacionada ao café, o que levou à redução da participação deste grupo nas decisões das diretrizes governamentais em termos desenvolvimentistas, abrindo espaço para novas proposições ligadas a dinâmicas urbana e industrial. Abordaremos aqui as questões relativas aos primeiros passos da implementação da infraestrutura e institucionalização da eletricidade, acompanhando a assunção de um projeto de Estado capitalista nacional.

### **Espírito Santo: um espelho historicamente isolado do Brasil**

Até o final do século XIX, a principal problemática para a expansão econômica da Província espírito-santense era a ausência de uma infraestrutura viária que permitisse o trânsito de pessoas e mercadorias entre o Espírito Santo e os seus vizinhos. Foi a introdução da cafeicultura, no mesmo período, um grande

Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

facilitador para solução dessa problemática, pois esteve relacionada à abertura das estradas e ao processo de colonização do interior do estado.

É importante que se diga que no Espírito Santo a expansão cafeeira processou-se de forma bastante distinta daquela verificada em São Paulo. Três condições foram marcantes para esse processo, levando em consideração as reflexões de Marta Zorzal e Silva (1986).

Em primeiro lugar, temos a localização espacial, com a constituição de duas regiões produtivas distintas: a região sul, polarizada pelo Porto de Itapemirim, e a região central, polarizada pelo Porto de Vitória. A produção da região central, no entanto, era canalizada para a cidade de Vitória, a capital da Província e exportada por seu porto. Este porto, além de oferecer melhores condições para operações de exportação, por permitir o atracamento de navios de maior porte, escoaria, após a Proclamação da República, a produção oriunda dos portos de São Mateus e Santa Cruz, situados ao norte da Província.

Uma segunda condição era o reduzido tamanho da economia do território capixaba, que se aliava ao baixo grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, com a quase inexistência de infraestruturas para dinamizar o ritmo das atividades produtivas, o que fez com que a expansão cafeeira no Espírito Santo se processasse em ritmo muito mais lento e em condições muito menos vantajosas do que aquelas existentes em São Paulo.

Ainda assim, o café se torna a maior fonte de recursos do comércio exterior capixaba, representando 94,33% das suas exportações (BITTENCOURT, 1987) nas primeiras décadas do século XX e representaria uma produção superior a um milhão e cem mil sacas, respondendo por cerca de 90% das rendas do estado até 1924

Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

(FORTUNATO, 2011). A cafeicultura configura, o principal suporte econômico do Espírito Santo até os anos de 1950, quando os investimentos em infraestrutura denotam o início de uma preocupação por parte do governo estadual na expansão do capital local e no direcionamento de recursos para outros tipos de produção, como a do algodão, açúcar e têxtil, o que se acentua no período da Primeira Guerra Mundial, seguido pelo governo Nestor Gomes (1920–1924).

A terceira condição distinta entre a expansão da cafeicultura em São Paulo e no Espírito Santo foi seu caráter imigratório, que não foi necessariamente o mesmo. A imigração no Espírito Santo não tinha como principal objetivo suprir um mercado de mão-de-obra pressionado por forte demanda, sua natureza era distinta, bem como foi sua localização espacial, na medida que sua função central era a colonização, sendo direcionado para as áreas despovoadas do território do estado.

Configurou-se assim, uma estrutura social persistente formada por elites agro fundiárias e por outras elites mercantis-exportadoras urbanas que fariam um embate político e econômico entre si pela disputa pelo controle do aparato estatal, e que subordinaria a massa de produtores camponeses imigrantes e uma classe média urbana a limites bem estabelecidos de participação política e práticas econômicas.

A questão do coronelismo<sup>2</sup> aí, seria uma arma eficiente servindo para impedir a emergência de oposições, imprimindo as

---

<sup>2</sup> Importante dizer que o conceito de "coronelismo" utilizado aqui é o de Victor Nunes Leal (2012). Este conceito, não analisa apenas a questão do poder local, nas Municipalidades, mas ele associa a falta de autonomia do Município com a articulação política com o governo do Estado, que detinha a polícia, apoiando o mandonismo do coronel, figura que se torna importante ao governo justamente para a condução dos resultados eleitorais com a ascensão de um novo espaço público, o que a República permitiu com a "universalização" do sufrágio e o fim do voto censitário. O coronel não é necessariamente uma pessoa rica, mas apenas alguém que apresenta uma situação melhor em comparação com a miséria os circundam. Muitas vezes, efetivamente, o coronel era a única

Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

transformações socioeconômicas em função do instinto preservador de líderes rurais e mercantis exportadores, constituindo-os em pontos de apoio e sustentação política.

Esta relação de forças, também se concebia na estrutura geográfica. Na região sul, em especial na região de Cachoeiro de Itapemirim, a maior parte dos coronéis era constituída por grandes proprietários de terra que controlavam o eleitorado rural. Interessante neste aspecto, trazer o depoimento de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, um líder político de família de grande tradição no Espírito Santo.

“[...] , mas eu já estava envolvido na vida desde 9 ou 10 anos. Na época, de fazer a política eleitoral, nós éramos chamados pelos candidatos para fazer o Constitui. Era o seguinte: o sujeito passava uma procuração, que dizia: constituo .eu procurador o Coronel Antônio de Souza Monteiro, para fim de alistar Co eleitor e assinava. Fazíamos isso com a letra de meninos de 9 ou 10 anos, justamente porque a letra, ruim, confundia-se com a letra de colonos que, geralmente, não era boa. Assim esse processo passou a chamar-se Constitui, uma que a gente fazia ao Coronel Antônio de Souza Monteiro, meu tio, para alistamento de eleitores. A eleição, também, naquela época, era a bico de pena. O voto secreto veio mais tarde, após 1930. Por isso, naquela época, somente ganhava candidatos do governo, porque as eleições eram feitas nas antevésperas. E nós fazíamos para meu tio alistar as pessoas”(SILVA, 1986, p. 159).

### **Primeiros momentos da energia elétrica no Espírito Santo**

A implementação da eletricidade no Espírito Santo segue o roteiro de sua formação socioeconômica, política e geográfica. A primeira

---

liderança local, sem a presença prestadora do Estado. Leal imbricou num mosaico de outros elementos políticos agregados ao 'coronel' para além da esfera exclusiva do mandonismo local.

Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

usina hidrelétrica capixaba pertenceu à empresa pública estadual de Serviços Reunidos de Vitória, fazendo captação de água do Rio Jucu<sup>3</sup>. Esta hidrelétrica, foi construída dentro do planejamento do governo Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912) e movia as bombas do sistema de esgoto e do transporte férreo da capital Vitória. Contudo, o desenvolvimento da energia elétrica no Espírito Santo esteve mais relacionado ao atendimento energético do Sul do estado, área industrialmente mais desenvolvida, sendo Cachoeiro do Itapemirim sua maior cidade, que era, também, lugar de nascimento e berço político de Jerônimo Monteiro.

A primeira ampliação da produção de energia elétrica atendeu, a demanda industrial do vale do Itapemirim com a usina de Fruteiras, no rio de mesmo nome, construída pelo governo do estado através de sua empresa de Serviços Reunidos de Cachoeiro de Itapemirim. Os empresários do sul capixaba, entre as décadas de 1900 e 1930, também foram participantes dos investimentos nos serviços de geração e distribuição de eletricidade (RIBEIRO, 2013), com a Companhia de Eletricidade Muqui do sul e a Usina Hidrelétrica Aparecida, no rio Muqui do Sul, que funcionava com dois grupos de geradores. Outros lugares do estado também operaram neste mesmo contexto.

E é ainda no governo Jerônimo Monteiro, que as companhias públicas Serviços Reunidos de Vitória e a Serviços Reunidos de Cachoeiro de Itapemirim, principais empresas de energia da época, foram colocadas nas mãos de empresários privados por falta de capacidade da administração pública em atender à crescente – ainda que pequena – demanda.

---

<sup>3</sup> Bacia hidrográfica localizada na região Centro-Sul do Espírito Santo, próxima a região metropolitana de Vitória. Hoje, junto com o Rio Santa Maria, uma das principais fontes de abastecimento de água do Estado.



Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

Porém, poucos anos depois, com o desenrolar do governo Florentino Ávidos (1924–1928)<sup>4</sup>, ocorre a retomada do controle das empresas e a construção de usinas públicas pelos mesmos motivos, mas, desta vez, pela incapacidade de atendimento da demanda destas mesmas empresas privatizadas<sup>5</sup>.

O plano de Ávidos era estimular o crescimento industrial na capital e no Sul do Espírito Santo, por isso, era necessário aumentar a infraestrutura produtiva de eletricidade de modo que a carência de energia não atrapalhasse o surgimento das indústrias previstas pelo governo. O governador atua, então, sob forte pressão popular e da imprensa, para que o suprimento de energia elétrica fosse melhorado e ampliado. A imprensa, inclusive, ajuda a organizar grupos populares que saiam pelas ruas para protestar contra a precariedade dos serviços elétricos da capital.

Mas em 1927, ainda na gestão de Florentino Ávidos, acontece a renúncia aos serviços de energia elétrica por parte do governo estadual, tanto, pela incapacidade financeira do estado de suportar os gastos básicos de funcionamento da infraestrutura, quanto, pela necessidade de investimento no setor. Assim, o estado capixaba transfere a empresa Serviços Reunidos de Vitória e parte da Serviços reunidos de Cachoeiro de Itapemirim à iniciativa privada, com concessão de exploração por 50 anos. A General Eletric S/A que se torna a portadora desta concessão, sendo

---

<sup>4</sup> **Florentino Ávidos** tem uma longa relação com projetos de energia e infraestrutura no Espírito Santo, especialmente no Sul do estado. Entre 1902 e 1903, dirigiu a construção da primeira usina hidrelétrica do Espírito Santo, destinada a fornecer energia a Cachoeiro de Itapemirim. Poucos anos depois, foi encarregado da construção do último trecho da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, adquirida pela Leopoldina Railway, entre Cachoeiro e Matilde, que completava a ligação de Vitória à capital federal. Foi também empresário, com uma torrefação de café em Cachoeiro e uma usina de beneficiamento de arroz em Natividade (MG). CPDOC (FGV). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line: Florentino Ávidos. Rio de Janeiro, 10 out. 2020. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AVIDOS,%20Florentino.pdf>

<sup>5</sup> Este ciclo de privatização e estatização é persistente e, igualmente, representação de uma conjuntura nacional de pouco investimento estatal na economia, bem como no setor elétrico.

Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

obrigado a ela, o fornecimento da energia elétrica às usinas industriais por preços e prazos previamente definidos.

A General Electric S/A cede seus direitos a CCBFE, empresa do grupo American & Foreign Power Company (AMFORP), subsidiária para a América Latina do grupo Electric Bond Share, ambos dos EUA<sup>6</sup>. A CCBFE seria chamada pelos capixabas de Central Brasileira, persistindo assim até 1968. A CCBFE dinamizou rapidamente o abastecimento de energia, trocando os postes de madeira por postes de ferro fundido e construindo a subestação transformadora para interligação Jucu-Fruteiras. A empresa também incentivou o consumo de eletricidade, vendendo produtos eletrotécnicos e fornecendo crédito a população para a compra destes produtos. É neste momento que os hábitos urbanos começavam a se sobrepor ao hábito rural, principalmente em Vitória.

### **A década de 1930: quando a mão pesada da modernização nacional bate à porta.**

A abertura de novos caminhos para a expansão da infraestrutura de eletricidade no Espírito Santo, não será significativo para retirar o estado de retaguarda das transformações econômicas e sociais do país da época, o que se relacionava no campo político, especialmente, à manutenção do poder dos grupos políticos históricos, mesmo em um contexto de rupturas da década de 1930.

Contudo, importante dizer que no período anterior à crise do mercado internacional (1929), o Espírito Santo vivenciava um

---

<sup>6</sup> Ferreira et al. (2012) aponta que a inserção da AMFORP na América Latina se deu antes de sua constituição como empresa. Sua origem remonta ao período de industrialização norte-americana, com a criação da Electric Bond & Share – resultado da fusão de duas outras companhias, a Edison General Electric Company e a Thomson-Houston – em 1892, subsidiária da General Electric.

## Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

relativo momento de euforia e prosperidade econômica, em virtude da grande expansão da cultura cafeeira. Essa expansão, além de promover uma maior ocupação territorial e aumentar o contingente populacional – dada as características de desenvolvimento da cafeicultura capixaba, já relatadas – permitiu que o estado se projetasse enquanto produtor de café a nível nacional. Isto, por outro lado, também propiciou a realização de um maior aparelhamento da infraestrutura, imprimindo algum ritmo às relações socioeconômicas da região.

Tal ascensão colocaria o Espírito Santo em condições de disputar uma posição de maior destaque na definição da política cafeeira nacional. E é exatamente em fins da década de 1920 que as forças políticas do Espírito Santo conseguem se fazer representar nas negociações relativas a uma política de valorização do café nacional. Junto a esta ascendência, no cenário político-econômico do país enquanto partidários da defesa dos interesses agroexportadores, realizariam seus primeiros ensaios de alavancagem ao palco federativo brasileiro. A seguir, podemos ver como Aristeu Borges de Aguiar, candidato a presidente do Espírito Santo em 1927, introduz o estado aos demais entes federados:

“O Espírito Santo ocupa hoje um lugar de vanguarda entre os seus irmãos da Federação. Basta dizer-vos que com um território de pouco mais de quarenta mil kilometros quadrados, uma população de cerca de 450 mil habitantes tem uma arrecadação que orça por 30 mil contos de réis, o que lhe confere, sem dúvida, a primazia, entre os demais Estados, na produção per capita. [...] Sómente uma parte do Estado concorre na produção, estando a outra, aliás riquíssima, entre o rio Doce e o S. Matheus, com a suas reservas prodigiosas

## Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

inteiramente intactas, denunciando a sua radiosa e refulgente predestinação, para futuro próximo [...]". (Jornal AGazeta, 1930).<sup>7</sup>

Se em uma primeira análise, a conferência proferida por Aguiar em comemoração ao bicentenário da introdução do cafeeiro no Brasil realizada em São Paulo em outubro de 1927, caracterizava o momento de ascendência econômica do Espírito Santo, por outro lado, revelava a tentativa de promoção política das elites capixabas no cenário nacional. Mas, de qualquer forma, este evento traduziu o apoio do então candidato Aristeu de Aguiar, que viria a se tornar presidente do estado<sup>8</sup>, à política econômica do então presidente Washington Luiz.

Mas é importante notar que, mesmo com o apoio de Aguiar, como assinala Flavio Calmon Wanick (2007), havia uma forte crítica por parte da elite agroexportadora capixaba, tanto a Washington Luís, quanto a Júlio Prestes<sup>9</sup>, com relação às políticas adotadas desde o *crash* da bolsa de Nova Iorque e o respectivo impacto no preço do café, o que acaba por corroborar a adoção de características pragmáticas da elite política capixaba, no trato das relações federalistas, já nos primeiros momentos da república<sup>10</sup>. Momento em

---

<sup>7</sup> Discurso do Presidente do Espírito Santo. *Jornal A Gazeta*. Vitória, 05 de maio de 1930. Arquivo físico. Acessado em 10/07/2019.

<sup>8</sup> Nomenclatura utilizada para o título de governador de estado na época.

<sup>9</sup> Presidente do estado de São Paulo entre 1927 e 1930.

<sup>10</sup> Como analisa Wanick: "Somada à crítica nacional, os protagonistas da política capixaba também estavam amargando investidas constantes. Reportagens cada vez mais contundentes estampavam as páginas do vespertino. Em relação à política nacional, os textos continham trechos fortes e mordazes, como exemplos, "[...] bandalheira eleitoral com que se diz eleito o senhor Prestes [...]", "[...] circo-político de que vem sendo excelente chefe de picadeiro o sr. Washington Luis [...]", "[...] a mistificação torpe controlada pelo energúmeno sr. Washington Luís [...]", "[...] que o faccioso, despótico sr. Washington Luís, fazendo vista grossa dos princípios institucionais do regime [...]", entre muitos outros. Causaram-nos espanto a virulência dos adjetivos atribuídos ao supremo dirigente da nação, ao mesmo tempo que nos levaram a considerar, pelo menos em relação à imprensa, a total liberdade de manifestação dentro do Estado. Já no âmbito local, o alvo prioritário era o governo Aristeu e a neófito oligarquia Aguiar. Esta última estava se assenhoreando dos macropoderes estaduais e, não fossem as crises política e econômica, poderia ter-se transformado em uma das mais poderosas do Estado. Críticas fortes também eram feitas ao mandatário estadual: "[...] o sr. presidente Aristeu Aguiar, a grande esperança governamental desfeita para os seus conterrâneos capixabas, [...] desta nossa impagável república de fachada, para que s. exa. e outros desabusados sobas regionais da sua mesma estofa [...]" 24 As questões políticas foram complicadas ainda mais pelo aguçar dos problemas econômico-financeiros. A expansão econômica retrocedeu diante da queda dos preços e da vigorosa contração da demanda internacional pelo café, em virtude, como

Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

que as forças políticas do estado realizam articulações junto as demais forças políticas da região, para indicação de candidatos à sucessão presidencial, apoiando o candidato indicado por Washington Luiz à presidência da república, Júlio Prestes.

Concretamente, o ano de 1930 no Espírito Santo incorporou o debate político que se colocava no plano nacional, sobretudo, no meio urbano da capital, que não esteve desprovida da guerra entre as elites políticas históricas na disputa do poder regional do estado.

A família Souza Monteiro, cujo maior nome era o ex-governador Jerônimo Monteiro, sai vitoriosa desta guerra. Assim, o Espírito Santo, esteve sob o controle das forças jeronimistas – forças que apoiavam Jerônimo Monteiro. Tais forças foram responsáveis por ditar o sentido atribuído ao movimento e ao golpe no governo nacional de 1930 no estado, desejando, sobretudo, assumir o controle do aparelho estatal.

Contudo, Getúlio Vargas decide-se pelo nome do capitão João Punaro Bley, nome de fora do estado, mas indicado pela Associação Comercial de Vitória (ACHIAMÉ, 2011).

[...] Punaro Bley, de repente, se viu na incumbência de interventor do Estado. Este aspecto é relevante. Ele chega em 1930, e não era daqui, não conhecia a política local, e teve de valer-se dos elementos que eram revolucionários, os contra Washington Luís. Aqui em Vitória eram: João Manoel de Carvalho, Afonso Correa Lyrio, Fernando de Abreu etc. Ele era manobrado, ora para um lado, ora para outro, porque, além da mocidade e da inexperiência política, ele tinha o desconhecimento específico da política do Espírito Santo. Até que ele tomou pé, já tinha criado uma incompatibilidade com grande parte da população. E além do mais, encontrou uma situação

---

analisamos no capítulo primeiro, da crise detonada a partir de outubro de 1929, ocasionando, desde então, uma diminuição da receita estadual (WANICK, 2007).

## Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

econômica e financeira, difícilíssima. Cachoeiro de Itapemirim teve uma influência muito grande no segundo governo Bley (1935/43). Porque a permanência de elementos do velho PSD [sic] como Lúcio Mesquita, Fernando de Abreu, Armando Braga, que eram adversários antes da revolução de 30, e foram depois secretários do seu governo, amorteceram [sic] aqueles choques políticos. Cachoeiro de Itapemirim transmitiu, até certo ponto, ao governo Bley, aquele espírito de tolerância que foi a base do governo Fernando de Abreu (Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim).<sup>11</sup>

Esta guinada política em 1930, que se dá a partir do nacional, além de um duro golpe para o grupo jonista, foi também o prenúncio de mudanças ainda mais profundas. A primeira delas é relativa à perda de poder de barganha das elites políticas capixabas, que se solidarizavam com as propostas encaminhadas pela burguesia mercantil-cafeeira do centro-sul brasileiro, já que estas estariam deslocadas do centro de comando político do Brasil até pelo menos a metade do século XX.

A segunda mudança se relaciona a acentuação de uma crise econômica e a impossibilidade uma solução a curto prazo. A grande questão que se coloca aí é a reduzida produção de café em relação a produção nacional, ao lado da forma como foi estruturada a produção, principalmente, ao redor com pequenas propriedades privadas e atomizadas. Tal estruturação não permitiu uma maior diferenciação econômica capaz de configurar outras formas de capital que fossem significativas para o estado, o que se tornou um grande problema com a acentuação de uma crise da

---

<sup>11</sup> Entrevista de ex-secretário de Estado da Justiça, ex-deputado estadual da Assembleia Constituinte de 1947 (SILVA, 1986, p. 174).

Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

cafeicultura que se arrastava, criando uma tempestade perfeita para o estado.

Assim, mesmo o Espírito Santo sendo parte integrante da região sudeste e do bloco político e econômico cafeeiro dessa região, que estava na vanguarda das transformações capitalistas nacionais, havia uma correlação sua com o bloco das regiões em que a transformação nas relações de produção pré-capitalistas se processou de forma defasada.

Nesta direção, se torna apropriado considerar o diagnóstico de Fernando Achiamé (2010) sobre o impacto dos acontecimentos de 1930 no Espírito Santo. Para ele, assim como para nós, a partir do advento da Revolução, os “anéis” políticos das elites dominantes do estado foram oferecidos para que se preservassem os seus “dedos” econômicos.

### **O projeto modernização nacional e o seu vínculo com setor elétrico.**

O movimento que depõe o presidente Washington Luís em 1930 e que impacta o Espírito Santo da forma como acabamos de narrar, cria as condições perfeitas para a acentuação do discurso de industrialização e modernização, que já vinham ganhando espaço nos estados centrais da federação e que acelera nacionalmente com a chegada ao poder de Getúlio Vargas.

Esta mudança se relaciona, antagonicamente, a uma política aplicada sob a economia cafeeira, que permitiu a manutenção da demanda interna e estimulou a indústria a produzir e substituir as importações. Contudo, a hegemonia da atividade cafeeira já não era total a nível nacional, seja pelo ônus que causava ao Estado que financiou a expansão do plantio e que regulava os estoques,

Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

seja porque outros seguimentos da economia haviam crescido mais do que o café.

Mas, a diminuição da cafeicultura significava, ao mesmo tempo, o risco de uma crise sem precedentes. Essa cafeicultura estava endividada, especialmente, com os bancos públicos e privados nacionais e, caso quebrasse, arrastaria consigo o nascente sistema financeiro nacional e seu impulso industrializante. É possível dizer, assim, que existia uma dependência morfológica entre cafeicultura e indústria?

Para lidar com essa questão, é necessário pensar em um processo mais amplo no contexto social: a dualidade entre o arcaico e o moderno. Para Gentil Corazza (1981), esta dualidade, muito mais que um conflito foi uma relação orgânica, sendo uma conjuntura dependente de uma alimentação mútua, sem ruptura e com continuidades, frente ao fato de que as forças que conduziram este processo, na verdade, transformaram o sistema na finalidade de conservá-lo. A elite cafeeira foi, então, a base social de uma elite industrial.

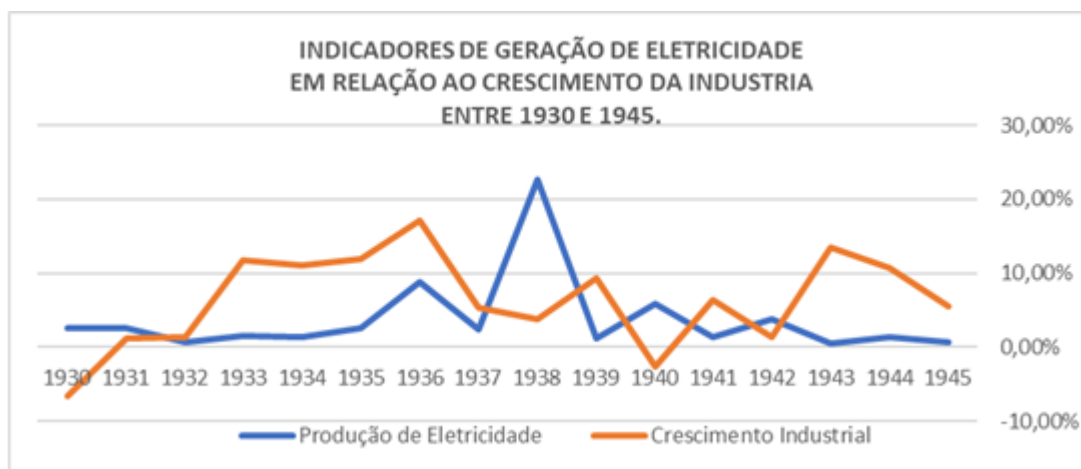
Todavia, esse processo foi eminentemente contraditório, tendo em vista que a acumulação industrial foi impulsionada e limitada pelo café ao mesmo tempo. O fato é que, o capital cafeeiro gerou os alicerces da indústria, que, por sua vez, teve ampla capacidade responsiva com relação à crise de 1929, momento em que, oportunamente a política econômica passou a ter seu eixo principal no câmbio, sendo ajudada com uma carga tributária nacional pequena, o que garantiu o abastecimento interno de máquinas e matérias-primas industriais, com uma crescente demanda por crédito.



## Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

Toda esta conjuntura se torna o motor do desenvolvimento do setor elétrico, que já tinha dado seus primeiros impulsos com entrada de grandes grupos estrangeiros e a formação de grupos nacionais, e que se aprofunda com o transcurso de uma rápida substituição de antigas fontes térmicas de força motriz industrial, como o carvão, pela eletricidade.

A eletricidade foi empregada de forma relativamente rápida, sendo convertida em uma forma de energia utilizável comercialmente, desde sua aplicação inicial nos processos industriais da química, metalurgia, além de usos urbanos nos transportes e iluminação domiciliar. Além disso, com a redução dos custos de produção e aumento da eficiência, a energia elétrica começa a se transformar em um elemento estratégico.



Construído com dados extraídos da tabela “Evolução de indicadores econômicos selecionados (1925–1945)”, presente em Landi (2006).

Entretanto, como se percebe, o crescimento industrial que se intensifica em 1930, mesmo que irregular, não essencialmente se traduz em incremento na mesma proporção de produção de eletricidade. Inclusive, mesmo com pequenos picos de alta pode se observar uma baixa constante a partir de 1939.

## Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

Ao que nos parece, esta dinâmica se relacionam com características peculiares da industrialização brasileira: (1) primeiro, não se construiu sob o comando de um empresariado inovador, do ponto de vista de um desenvolvimento capitalista, se desenvolvendo com base no desdobramento de uma estrutura industrial simples – permeada pelas contradições de uma economia agroexportadora – para uma estrutura mais complexa e avançada; e (2) em segundo lugar, o avanço se deu sob o impacto da ação estatal, dependendo de financiamento e planejamento, muitas vezes escassos, durante a segunda guerra mundial, entre 1939 e 1947; e (3) por último, este é um momento de luta, de ascensão e queda na industrialização, sobretudo como luta política, por uma modernização que conservasse o status de um poder patrimonialista, com pouca abertura para rupturas bruscas. Assim, este descompasso entre crescimento industrial e produção de energia serão um dos fatores impulsionadores da superação de uma fase de “intervencionismo incidental” e onde se inicia a fase do “intervencionismo consciente” (SUZIGAN, 1973), a partir de um Estado centralizado e forte.

A importância da análise desse período em especial está na compreensão do ponto chave pelo qual se desenrolaram os processos de modernização, “pelo alto” que constituirão a formação do Estado brasileiro entre 1930–1960. Sônia Draibe (1985) define magistralmente este período:

“De uma à outra fase da industrialização, com autonomia, força e capacidade de iniciativa, o Estado brasileiro planejou, regulou e interveio nos mercados e tomou-se, ele próprio, produtor e empresário; através de seus gastos e investimentos coordenou o ritmo e os rumos da economia e, através de seus aparelhos e instrumentos,

## Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

controlou e se imiscuiu até o âmago da acumulação capitalista. Do ponto de vista social e político, regulou as relações sociais, absorveu no interior de suas estruturas os interesses e se transformou numa arena de conflitos. [...] Debilitou as instituições representativas e solapou as formas autônomas de aglutinação e expressão de interesses e conflitos. Manifestou-se como Executivo forte, como aparelho burocrático-administrativo moderno e complexo e passou a operar através de um corpo cada vez maior e mais sofisticado de funcionários, os novos burocratas, metamorfoseados, nestas circunstâncias, em aparente 'tecnocracia'." (p. 20.)

Para Suzigan e Furtado (2006), é neste teatro que os fatores institucionais em sentido amplo, como instituições e políticas públicas, parecem moldar a constituição de regras, condições contextuais sob as quais os mecanismos econômicos e políticos operam, em relação à mudança tecnológica. Porém, a ação do Estado e seu papel dirigente não representam a pura e simples imposição dos interesses dos vencedores para a sociedade. A ação do Estado brasileiro, na medida em que define um projeto de desenvolvimento, quando se coloca um caráter geral à sua política econômico-social, dado que se toma dirigente, modifica a própria correlação de forças que lhe serve de base.

Por isso, e através disso, pode-se dizer que o Estado no Brasil não se reduz a implementar os interesses dominantes, mas se constitui de um aparelho com capacidade própria e de uma lógica específica. É possível dizer que existe uma lógica da ação estatal que não se limita a transmitir a lógica do sistema de acumulação, muito menos a reduz à lógica dos interesses dominantes (CORRAZA,1986). Seria um arcabouço que se manifesta na medida que imprime um caráter a sua ação, acima dos interesses de classe sociais, que constituem a sua própria base de sustentação. Um tipo de Estado, então, que

Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

se enraíza em uma estrutura social heterogênea, em desequilíbrio, que se erige sobre um conjunto de forças sociais em constante transformação, que vai adquirindo, ao longo do percurso de transição, um aspecto de Estado nacional capitalista muito específico.

É a partir desta lógica, que o Estado varguista abre caminho para a consolidação de uma tecnoburocracia, sendo os programas, conselhos e comissões técnicas comuns à consolidação do Estado Novo, e cujo pareceres seriam decisivos nos processos de tomada de decisão e para a aglutinação de elites técnicas.

Para Renato Boschi (1979), os intelectuais foram o *locus* da prática burguesa e do debate institucional em diferentes momentos. Por isso que os industriais, ao tomarem consciência da importância desse controle, passariam a se organizar em âmbito nacional, numa tentativa de integrar as diversas federações regionais já existentes.

A importância desta dinâmica se caracteriza pela liderança de Roberto Simonsen como um dos atores fundamentais, em um momento incidental na formação de uma consciência industrialista, uma vez que se supera, de certa forma, o imediatismo conjuntural das demandas econômicas, em direção à elaboração de um projeto coletivo e possível de desenvolvimento econômico (AQUINO, 2010).

O industrialismo aparece como um projeto político hegemônico e global, sendo seu lugar por excelência o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Boschi (1979), neste sentido, sugere que o apoio dos industriais ao golpe de 1937 veio da mentalidade intelectual corporativista amadurecida no período, a partir de um histórico de participação na vida política nacional desde os anos 1920.

## Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

Por outro lado, é um fato que a entrada da burguesia industrial nos esquemas de aliança política tradicionais foi problemática, sobretudo pela resistência dos setores tradicionais ligados à oligarquia agroexportadora. Isto porque tal inserção representava o surgimento de novas demandas, que reordenariam as prioridades e diretrizes do conjunto econômico e social nacional (DINIZ, 1978; AQUINO, 2010). Isto se reproduziu no Estado Novo, quando o estamento militar, em articulação com estas novas elites industriais, proclamaram-se modernizadoras e reformadoras, com a ideia de progresso e desenvolvimento dentro da ordem nacional.

Embora este nacional-desenvolvimentismo tivesse uma função retórica legitimista (BASTOS, 2006), ordenadora, ele não pode ser encarado apenas como uma “máscara” da agenda política varguista, mas também como ideário de orientação para certos fins. Neste sentido, pode-se afirmar que Vargas aderiu ao ideário nacional-desenvolvimentista<sup>12</sup> – e não necessariamente o contrário.

---

<sup>12</sup> É possível dizer que o “desenvolvimentismo”, segundo Fonseca (2015), vai se localizar entre duas dimensões do ponto de vista epistemológico: (1) um conjunto de práticas de *política econômica* propostas e executadas pelos formuladores de políticas que compartilham um núcleo comum de atributos que os caracteriza como tal e (2) um conjunto de ideias que se propõe a expressar teorias, concepções ou visões de mundo. Esta polissemia na busca da construção de tipo ideal mundo foi utilizada por vários autores para conceituar não propriamente desenvolvimentismo, mas Estado desenvolvimentista, que Jose Medina Echevarría (1964) denominou “mecanismo essencial” para a superação do subdesenvolvimento. Logo, o conceito foi utilizado indiretamente para designar um conjunto de atributos caracterizadores da política econômica de determinados governos de um sul global. O desenvolvimentismo aparece na literatura tanto referindo-se a um fenômeno da esfera do ideológico, como para nomear práticas históricas de política econômica associadas a um Estado característico. A primeira referência de “Estado desenvolvimentista” pode ser encontrada em Cardoso e Faletto (1970), entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970. Todavia, a caracterização de “Estado-desenvolvimentista” já aparecera antes com Hélio Jaguaribe (1962) na obra *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. E posteriormente em Bresser-Pereira em 1963 e 1968, que o caracteriza como choque do desenvolvimentismo intervencionista e uma ideologia com o objetivo de desenvolvimento econômico. Esta “Ideologia desenvolvimentista” consta nas análises de Celso Furtado (1961, p. 216), mesmo que a ideia de desenvolvimentismo não apareça em sua obra. Segundo Furtado, o “desenvolvimentismo” é uma forma de conservadorismo, pois parte da premissa de que as estruturas econômicas e sociais que se formaram na Europa, desde a Revolução Industrial, e que estão indissolúvelmente ligadas ao capitalismo, podem ser transplantadas para a América Latina. Se não se considera o estruturalismo, a classificação que me parece corresponder ao meu pensamento é a de “nacionalismo reformista” (Arquivo Celso Furtado, 1970). Próximo a Furtado, é Echevarría (1964) que se aprofunda nos aspectos chave para a consolidação e a continuidade das políticas desenvolvimentistas: (1) atores, grupos sociais e políticos, e suas organizações como empresários, intelectuais, burocracia estatal, elite política, operários e classes médias; (2) adoção por parte deles de uma visão de mundo desde do ideário do desenvolvimento, e por último; (3) força política para canalização dos seus anseios e os verem materializados como política econômica. Mas é possível dizer que no Brasil é a Ricardo Bielschowsky

Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

Dada esta definição geral dos interesses nacionais, as formas e os objetivos particulares da intervenção nacional–desenvolvimentista mudariam ao longo dos momentos em que Vargas esteve no poder.

Mesmo que a siderurgia fosse central no modelo de desenvolvimento desde a década de 1930, a ênfase na industrialização pesada e na infraestrutura de base aumentou ao longo do tempo, à medida que gargalos na oferta de energia e insumos básicos ameaçavam afetar a continuidade da expansão industrial e diversificação econômica.

Este cenário se relacionava, de uma forma geral, com o sucesso na disseminação da energia como força motriz, que levou a um cenário comum de escassez e racionamento até a década de 1940. Assim, a intervenção nacionalista no setor não era apenas fruto dos objetivos do desenvolvimento proposto pela modernização, mas resultaria de choques entre interesses definidos como nacionais no âmbito da política de Estado e os interesses constituídos na lógica do capital industrial privado.

Nestas circunstâncias, a participação da energia no contexto nacional entre 1930 e 1946 foi marcada pelo enfraquecimento do mercado privado como ator político e econômico preponderante e pela assunção do Estado como principal investimento e organização do setor. A dinâmica de interação entre Estado e

---

(1988) a quem se deve a formulação mais precisa do conceito de desenvolvimentismo como ideologia. Segundo ele, o desenvolvimentismo é (1) onde a industrialização integral é a via de superação da pobreza, (2) não sendo possível uma industrialização eficiente e racional através do mercado, sendo necessário que o Estado (3) planeje e defina a expansão desejada dos setores econômicos. (4) Tendo este mesmo Estado que ordenar a expansão, captar a orientação e ordenar os recursos financeiro, onde a iniciativa privada for insuficiente. Ao longo dos desdobramentos intelectuais sobre a ideia, é importante apontar para as análises comparativas de Sergio Schneider (1999) da experiência histórica do Brasil e do México, que aprofunda a conceituação do desenvolvimentismo, caracterizando o Estado–desenvolvimentista nestes países: (1) capitalismo político, uma vez que investimentos e lucros são construídos a partir de decisões estatais; (2) defesa do desenvolvimento e da necessidade do Estado; (3) exclusão política da maioria da população adulta; (4) burocracia fluida e fracamente institucionalizada.

Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

mercado foi determinada: 1) pelo fracasso das tentativas de regulação do mercado; 2) pelos obstáculos para mobilizar recursos para empreendimentos estatais.

O protagonismo de empreendedores privados nacionais no setor elétrico era pouco realista, dadas suas limitações no campo financeiro e de tecnologia. Já a intervenção por meio de estatais, por outro lado, envolvia custos econômico e políticos consideráveis, não apenas por entrar em choque concessionárias estrangeiras e seus governos<sup>13</sup>, mas também por exigir a concentração de recursos financeiros significativos no Estado nacional.

Paulatinamente, a primeira ação do governo, seguindo a guinada ao controle estatal, foi a de barrar o processo de concentração do setor, impedindo transferências ou as promessas de transferências, de exploração de cursos e quedas d'águas em setembro de 1931, alegando a preparação em curso de um Código de Águas e buscando evitar "operações, reais ou propositadamente simuladas, que dificultem oportunamente a aplicação das novas leis ou frustrem a salvaguarda do interesse do país"<sup>14</sup>.

Destacaram-se também, em 1931, a retirada da competência dos municípios para autorizar a exploração da energia hidráulica que passava a ser uma concessão da União; em 1933. Antes mesmo da promulgação do novo Código, em meados de 1934, o governo interveio sobre a liberdade contratual das concessionárias, eliminando a cláusula-ouro, primeiro marco regulatório do setor elétrico, em que a energia potencial dos cursos d'água tornou-se

---

<sup>13</sup> Alexandre Saes (2009) narra o conflito entre o polvo canadense (Light) e o Minotauro de Santos (Doca de Santos) pelo controle do mercado de energia em São Paulo entre o final do século 19 e as primeiras décadas do século 20.

<sup>14</sup>Decreto 20395, de 15 de setembro de 1931.

Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

um bem autônomo suscetível de apropriação, determinando que a revisão tarifária se realizasse a cada três anos<sup>15</sup>.

Em 10 de julho de 1934 é promulgado o Código de Águas<sup>16</sup>, às vésperas da Constituição do mesmo ano, com as seguintes delimitações: 1) o fim do direito de acessão, que dava ao proprietário da terra a propriedade também sobre os cursos e quedas d'água; 2) concentração do poder concedente de uso para o governo federal, retirando poder de estados e municípios; 3) revisões contratuais para o respeito ao princípio de "custo pelo serviço".

Em um aspecto geral, se separa o potencial de energia elétrica do direito de propriedade às margens dos rios. Neste sentido, a energia elétrica, especialmente aquela obtida por fonte hidráulica, se torna um novo bem público que só poderia ser explorado em conjunto ao Estado.

Novos avanços no campo da nacionalização do setor elétrico se dão com a constituição de 1937, que reacomoda a legislação às restrições econômicas e políticas existentes. A Constituição reforçaria o nacionalismo da legislação varguista ao definir que novas concessões só poderiam ser feitas a brasileiros ou empresas constituídas por acionistas brasileiros. Contudo, estas regras foram atenuadas pelo Decreto 852 em 1938<sup>17</sup>, permitindo a estrangeiros a possibilidade de ações sem direito a voto, e pela Lei Constitucional n. 6 de maio de 1942, que autorizou o aproveitamento de novas concessões por empresas estrangeiras, diante do cenário de racionamento daquele ano<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup>Decreto 23501, de 27 de novembro de 1933.

<sup>16</sup>Pode ser acessado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d24643.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm)

<sup>17</sup> Decreto Nº 852 pode ser acessado em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-852-11-novembro-1938-344873-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>18</sup> É importante analisar que as características das empresas de serviços públicos – geração, transmissão e distribuição de eletricidade, por exemplo – foram tradicionalmente vistas, durante boa



Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

Surgiram também, neste período, as primeiras agências voltadas para a regulamentação da produção industrial de energia elétrica, como o Serviço de Águas do Ministério da Agricultura em 1934. A primeira associação de classe do setor elétrico, a Associação Brasileira de Concessionárias de Energia (ABCE), que representa as empresas concessionárias de energia elétrica, surgiria em 1936, e, em seguida, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), organizado em 1939 e subordinado a presidência da república.

Não obstante, o governo estadonovista procurou regular as atividades empresariais privadas de acordo com interesses definidos como nacionais pela política estatal. Por outro lado, se a regulação do mercado não se mostrasse viável para induzir os investimentos desejados, a alternativa de intervenção direta por meio de empresas estatais só se viabilizaria com recursos financeiros cuja mobilização era política e economicamente custosa. Por isto, não só na energia elétrica, mas na siderurgia e no ramo do petróleo o governo Vargas procurou explorar como oportunidades de barganha de fundos públicos externos para desenvolver os ramos básicos, antes de recorrer à formação de fundos financeiros locais destinados a empresas estatais.

O cenário, então, vai se determinando, pela passagem de um sistema de pulverização na produção e distribuição de energia

---

parte do século XX, como monopólios naturais a serem controlados pelo Estado, ou mesmo regulados, quando concedidos, e ficavam nas mãos de firmas privadas. No último caso, a empresa pode pertencer ao setor privado, mas a produção é regulada por um órgão ou uma comissão do governo. Um outro modelo é quando uma concessão é outorgada pelo Estado por um período finito, onde a empresa privada de serviços públicos não envolve qualquer propriedade privada, mas sim, é uma empresa privada prestando um serviço específico. Segundo Guislain e Kerf, neste caso: "[...]o Estado delega ao setor privado o direito de prestar um serviço, embora retenha algum controle sobre o setor, ao incorporar em um contrato de concessão ou licença os termos de referência e as condições (inclusive os direitos e as obrigações do prestador do serviço) que regerão o projeto de infraestrutura." (1996, p. 101). Um contrato de concessão inclui determinações sobre as tarifas a serem cobradas, sobre o método pelo qual podem ocorrer reajustes periódicos, além de também incluir disposições relativas a investimentos para modernizar e ampliar os serviços específicos que constituem o objeto do contrato (BAER e MCDONALD, 1997).

Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

para, da mesma forma que nos outros segmentos da administração pública, ir, aos poucos<sup>19</sup>, para um sistema centralizado e fundado na empresa estatal.

A intervenção progressiva no setor elétrico mostra que o nacional-desenvolvimentismo podia ser flexível, oportunista e politicamente realista – embora a influência do movimento tenentista de escopo nacionalista não possa ser desprezada, na figura de Juarez Távora, que foi diretamente atuante na regulação do setor como ministro da Agricultura (BASTOS, 2007), dada a dificuldade de regular o mercado segundo sua ideia e de mobilizar recursos locais para empreendimentos estatais.

As estratégias, neste sentido, podiam variar em função das conjecturas que seriam necessárias para alcançar os resultados pretendidos com diferentes formas de barganha interna e externa, fosse por meio de filiais de empresas estrangeiras ou de recursos públicos.

## **Conclusão**

A respeito destas questões, podemos dizer primeiramente, que o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro nas primeiras décadas do século XX começa antes pelas regiões e depois pelo contexto nacional, mais especificamente, com início nos empreendimentos privados para o abastecimento de pequenas manufaturas e de serviços urbanos, como bondes e iluminação pública.

A esse respeito, algumas questões podem ser notadas. Primeiro, a relevância dos projetos das elites políticas sobre os projetos de desenvolvimento econômico regionais, cruciais para a

---

<sup>19</sup> Estas mudanças no setor elétrico duram duas décadas mais para se consolidar.

Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

consolidação da infraestrutura de energia elétrica. Por outro lado, se mostra igualmente relevante a influência do ambiente federativo na configuração das estratégias destas elites políticas para execução dos seus projetos.

Uma outra questão, é que os acontecimentos da década de 1930 não alteraram esta configuração de imediato, mas trouxeram a centralização política e a perspectiva de desenvolvimento nacional como novos elementos norteadores. Isto abriu caminho para o surgimento de regulamentações, como o código de águas em 1934, ajudando na constituição dos planos estaduais de aproveitamento de eletricidade que tiveram início na década de 1950.

Ao final, podemos dizer que o período que se inicia na década de 1930 e que vai até 1946, destaca-se como o momento do desenvolvimento do setor, sua evolução institucional, jurídica e o progresso técnico do setor elétrico, muito mais do que o aspecto produtivo. Tendo, inclusive, como ponto de partida, as relações entre racionalidade legal e técnica, com as estratégias referentes às permissões para exploração dos recursos energéticos e uma intervenção da administração pública nos contratos dos serviços de eletricidade dos empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia estatais, tanto em âmbito nacional como regional.

## Referências

- ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. **O Espírito Santo na era Vargas (1930–1937)**: Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- AQUINO, Artur. I Congresso Brasileiro de Economia 1943: atores, intelectuais e ideologias na constituição de uma consciência de classe entre os industriais e a consolidação do projeto industrialista. In PLURAL, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.17.1, 2010, pp.59–88.
- BARRINGTON Moore JR. – **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**, cap. “As origens revolucionárias da democracia capitalista”, Ed. Martins Fontes, 1983.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. Economia, **ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics]**, vol. 7(4), 2006. pages 239–275.
- BAER, Werner; MCDONALD, Curt. Um retorno ao passado? A privatização de empresas de serviços públicos no Brasil: o caso do setor de energia elétrica. **Políticas Públicas e Planejamento**, n.16, pp.5–38, 1997.
- BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias (1535–1980)**. Rio de Janeiro: Cátedra; Vitória, ES: Departamento Estadual de Cultura, 1987. 302p.
- BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CORAZZA, Gentil. Estado e Economia no Brasil – uma revisão da bibliografia recente. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 189–232, 1981.
- DINIZ, E. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930–1945**. Coleção Estudos Brasileiros, v. 27. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 311 p.
- DRAIBE, Sônia (1985). **Rumos e Metamorfoses**: Estado e industrialização no Brasil: 1930–1960. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ECHAVARRIA, José Medina. **Consideraciones Sociológicas sobre el Desarrollo Económico de América Latina**. Editora Solar/Hachette, Buenos Aires, 1964.
- FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, Alexandro Ferreira Cardoso da; SIMONINI, Yuri. **Os donos da luz: sistemas de gestão e redes técnicas no território brasileiro. O caso da AMFORP (1927–1939)**. Simpósio Internacional Globalización Innovación y construcción de redes técnicas urbanas em América y Europa, 1890 – 1930. Universidade de Barcelona, Facultad de Geografía e Historia, 23–26 de enero, 2012.
- FORTUNATO, Daniëlle De Oliveira Bresciani. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. **Dimensões**, vol. 27, 2011, p. 40–62.
- LANDI, Mônica. **Energia elétrica e políticas públicas: a experiência do setor elétrico brasileiro no período de 1934 a 2005**. Tese de Doutorado, USP. São Paulo, 2006.
- REIS, E. P. 1979. **The Agrarian Roots of the Authoritarian Modernization in Brazil: 1880–1930**. PhD. Dissertation. Massachusetts, Massachusetts Institute of Technology.

## Os primeiros passos da eletricidade no Espírito Santo

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **Excelsos destinos: história da energia elétrica no Espírito Santo 1896-1968**. EDUFES. Vitória, 2013.

SILVA, Marta Zorzal de. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) –Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SAES, Alexandre Macchione. **Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)**. 2008. 422 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285787>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o Município e o Regime Representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WANICK, Flavio Calmon. **Presidente Aristeu Borges de Aguiar, de positiva unanimidade a expectativas frustradas**. A política e a economia capixabas durante os anos 1928 a 2007. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2007.